

AFTON Chemical Indústria de Aditivos Ltda.

CNPJ 00.122.145/0001-65

Balanco Patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)							
Ativo	Nota explicativa			Passivo	Nota explicativa		
		2025	2024			2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.601	4.982	Fornecedores	12	12.146	6.459
Contas a receber de clientes	5	35.966	65.454	Salários, provisões e encargos sociais		1.480	1.451
Estoques	6	125.061	140.679	IRPJ, CSLL e outros a recolher	13	585	1.815
IRPJ, CSLL e outros tributos a recuperar	7	6.555	10.675	Arendamentos a pagar circulante	9	456	437
Despesas antecipadas		336	353	Outros Passivos		—	—
Outros créditos		863	2.055	Dividendos a pagar	15	11.667	—
Total do ativo circulante		200.382	224.198	Contas a pagar com partes relacionadas	10	58.958	96.480
Não circulante				Total do passivo circulante		85.292	106.643
Depósitos Judiciais		182	148	Não circulante			
IR, CSLL e outros tributos a recuperar-LP		7.599	5.714	Arendamentos a pagar	9	14.310	14.766
Imobilizado	8	33.964	35.157	Dividendos a pagar	15	23.333	—
Ativo de direito de uso	9	14.600	15.029	Total do passivo não circulante		37.643	14.766
Total do ativo não circulante		56.345	56.048	Patrimônio líquido	15		
Total do ativo		256.728	280.246	Capital social		15.110	15.110
				Reserva de capital		1	1
				Reserva de incentivos fiscais		72.181	72.181
				Lucro acumulados		46.501	71.546
				Total do patrimônio líquido		133.792	158.837
				Total do passivo e patrimônio líquido		256.728	280.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)					
	Capital social	Reserva de Capital	Reserva Incentivos Fiscais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	15.110	1	61.238	102.545	178.894
Constituição de reserva	—	—	10.943	(10.943)	—
Dividendos pagos	—	—	—	(40.000)	(40.000)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	19.944	19.944
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	15.110	1	72.181	71.546	158.838
Constituição de reserva	—	—	—	(35.000)	(35.000)
Dividendos a pagar	—	—	—	9.954	9.954
Lucro líquido do exercício	—	—	—	9.954	9.954
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	15.110	1	72.181	46.500	133.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A AFTON Chemical Indústria de Aditivos Ltda, doravante denominada "AFTON" ou "Afton Chemical", é uma sociedade limitada, com sede na Estrada da Boa Esperança, 650 - Parte, inscrita no CNPJ nº 00.122.145/0001-65, tendo como objeto social principal a fabricação de produtos petroquímicos básicos. Como empresa de especialidades químicas, a AFTON desenvolve e fabrica aditivos para óleos lubrificantes e aditivos para combustíveis, os quais são utilizados como matérias-primas essenciais na formulação de produtos comercializados no Brasil e em diversos mercados internacionais. A Afton Chemical é subsidiária integral da Afton Chemical Corporate, companhia com sede nos Estados Unidos da América, no Estado da Virgínia. No exercício de 2025, o mercado de aditivos e lubrificantes apresentou um cenário marcado por transformações estruturais relevantes, impulsionadas principalmente pela evolução tecnológica, pela agenda de sustentabilidade, pelo avanço de regulações ambientais mais rigorosas e pela crescente demanda por produtos de maior desempenho e eficiência energética. As empresas do setor intensificaram investimentos em inovação, pesquisa e desenvolvimento, visando atender às novas especificações técnicas de motores, combustíveis e lubrificantes, bem como às exigências de redução de emissões e melhoria da eficiência operacional. Nesse contexto, a AFTON manteve seu foco em práticas contábeis transparentes e aderentes às normas contábeis vigentes, com políticas consistentes de reconhecimento de receitas e forte disciplina na gestão de custos. A receita de vendas em 2025 refletiu a combinação entre a recuperação gradual de volumes em determinados segmentos, a recomposição parcial de preços diante da volatilidade das matérias-primas e a ampliação de soluções voltadas a aplicações mais sustentáveis. O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) continuou sendo influenciado por fatores como variações cambiais, custos energéticos e preços de insumos estratégicos, exigindo ações contínuas de eficiência operacional e otimização da cadeia de suprimentos. As despesas operacionais foram administradas com foco na racionalização de processos, fortalecimento da estrutura de governança e adequação da organização às novas demandas do mercado, preservando a competitividade da Companhia em um ambiente setorial cada vez mais dinâmico e regulado. Este relatório tem como objetivo apresentar, de forma clara e confiável, os principais aspectos financeiros e operacionais da AFTON em 2025, reforçando seu compromisso com a transparência, governança corporativa e sustentabilidade de longo prazo.

2. Base de preparação para as demonstrações financeiras. 2.1. Declaração de Conformidade. As demonstrações financeiras evidenciam, de forma adequada, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, sendo consistentes com as práticas e critérios utilizados pela Administração da Companhia em seu processo de gestão, tomada de decisão e controle de suas operações. A Afton Chemical por meio de seus procuradores legalmente constituídos, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em 31 de março de 2026. **2.2. Base de Mensuração.** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto no caso de ativos e passivos financeiros ajustados para refletir a mensuração a valor justo, quando aplicável. Determinados instrumentos financeiros são mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicável, conforme previsto nos pronunciamentos técnicos pertinentes do CPC, especialmente aqueles relacionados à mensuração e reconhecimento de instrumentos financeiros. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo da contraprestação paga na data da transação. O valor justo é definido como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, na data de mensuração, conforme critérios estabelecidos pelas normas contábeis vigentes. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas abaixo ou nos respectivos itens destas notas explicativas. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados. **2.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação.** As demonstrações financeiras da estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi definida com base no ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, considerando, principalmente, a moeda que influencia significativamente os preços de venda de seus produtos, os custos de produção, as despesas operacionais e os fluxos de caixa gerados por suas atividades. Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis adotadas, bem como os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na melhor informação disponível à época, incluindo experiência histórica, expectativas de eventos futuros e outras premissas consideradas razoáveis, podendo, entretanto, os resultados reais diferirem dessas estimativas. As revisões de estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente no período em que as estimativas são revistas e, quando aplicável, em períodos futuros, conforme estabelecido pelas normas contábeis vigentes. **a. Julgamentos.** A Companhia não identificou julgamentos relevantes realizados na aplicação das políticas contábeis que tenham tido efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas.** Em 31 de Dezembro de 2025 (e 31 de Dezembro de 2024 para fins comparativos), a Administração avaliou que as incertezas relacionadas às principais premissas e estimativas adotadas não apresentam risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício social subsequente. **c. Principais Áreas de Estimativa Contábil.** As principais áreas que requerem o uso de estimativas contábeis pela Administração incluem, entre outras, a avaliação de ativos não financeiros, provisões, contingências, reconhecimento de tributos e mensuração de instrumentos financeiros, quando aplicável. Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, a Administração avaliou que tais estimativas não apresentaram impacto relevante nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, nem indicam risco significativo de ajustes materiais em períodos subsequentes. **2.5. Continuidade Operacional.** As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade operacional, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração avaliou a capacidade da Companhia de manter suas operações de forma contínua no futuro previsível, considerando sua posição financeira, estrutura de capital, geração de caixa operacional, acesso a recursos financeiros, bem como o desempenho histórico e as perspectivas do mercado em que atua. Com base nessa avaliação, a Administração não identificou incertezas relevantes que pudessem levantar dúvida significativa quanto à capacidade da Companhia de continuar em operação por, no mínimo, os doze meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras. Dessa forma, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relacionados à realização ou classificação dos ativos, bem como à liquidação ou classificação dos passivos, que poderiam ser necessários caso a Companhia não estivesse em continuidade operacional. **2.6. Classificação entre Circulante e Não Circulante.** Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando se espera que sejam realizados, liquidados ou consumidos no curso normal do ciclo operacional da Companhia, ou dentro do prazo de doze meses após a data-base das demonstrações financeiras. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes. Para fins de classificação, o ciclo operacional da AFTON corresponde ao período compreendido entre a aquisição de matérias-primas, a produção dos aditivos e lubrificantes e a realização dos valores por meio de sua venda e recebimento, sendo considerado inferior a doze meses. **2.7. Reconhecimento de Receita.** A receita é reconhecida quando a Companhia satisfaz uma obrigação de desempenho, por meio da transferência do controle de bens ou serviços prometidos ao cliente, em montante que reflita a contraprestação à qual a AFTON espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A receita proveniente da venda de aditivos para óleos lubrificantes e aditivos para combustíveis é reconhecida em um determinado momento, quando ocorre a entrega dos produtos ao cliente e o controle é transferido, o que geralmente coincide com a expedição ou entrega física, conforme os termos contratuais aplicáveis (tais como condições de frete, seguros e cláusulas de incoterms). O valor da receita é mensurado com base no valor da contraprestação acordada, líquido de impostos sobre vendas, devoluções, descontos comerciais, bonificações e outros abatimentos concedidos, quando aplicável. Não existem componentes de financiamento significativos nos contratos de venda, uma vez que os prazos de recebimento praticados são compatíveis com as condições usuais de mercado. **2.8. Novas Normas, Interpretações e Alterações Vigentes.** As normas, interpretações e

alterações emitidas pelo CPC e que passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025 foram avaliadas pela Administração quanto à sua aplicabilidade e aos seus potenciais impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que a adoção dessas normas, interpretações e alterações não teve impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho das operações ou os fluxos de caixa da Companhia no exercício findo em 31 de Dezembro de 2025. A Companhia acompanha continuamente a emissão de novas normas e alterações às normas existentes, avaliando seus efeitos potenciais sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros, conforme requerido pelas normas contábeis vigentes. **2.9. Não Adoção Antecipada de Normas.** A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas, interpretações ou alterações às normas contábeis que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes para o exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2025, conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) e pelos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Administração está ciente da emissão de novas normas internacionais de contabilidade e alterações a normas existentes, que entrarão em vigor em períodos futuros, sujeitas à sua correspondente adoção pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC no Brasil, incluindo, entre outros: • IFRS 18 -1 e introduzirá alterações na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras; • IFRS 19 - Subsidiárias without Public Accountability: Disclosures, aplicável a subsidiárias sem obrigação pública de prestação de contas, com foco na racionalização das exigências de divulgação; • as alterações ao IAS 7 e ao IFRS 7 - Supplier Finance Arrangements, que introduzem novos requisitos de divulgação relacionados a arranjos de financiamento da cadeia de suprimentos; • as alterações ao IAS 21 - The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates, relacionadas a situações de ausência de conversibilidade de moedas; • bem como outras normas, interpretações e alterações emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e ainda não incorporadas às práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia acompanha continuamente a evolução dessas normas e alterações e realizará a avaliação dos seus potenciais impactos nas demonstrações financeiras quando da sua adoção obrigatória, não sendo esperados, até o momento, efeitos relevantes decorrentes de sua eventual aplicação. **Reforma Tributária.** Adicionalmente, a Administração acompanha os desdobramentos da Reforma Tributária sobre o consumo, cujo processo de implementação e regulamentação teve início em 2026, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e pela legislação infraconstitucional correlata. A referida reforma prevê, de forma gradual e faseada, mudanças relevantes no sistema tributário brasileiro ao longo de 2026 e exercícios subsequentes, incluindo, entre outros aspectos: • a instituição da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), em substituição ao PIS e à COFINS; • o início do processo de substituição do ICMS e do ISS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS); • a reorganização das regras de créditos tributários, com foco na não cumulatividade plena; • alterações nos procedimentos de apuração, recolhimento e cumprimento de obrigações acessórias. Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não é possível mensurar de forma confiável os impactos potenciais dessas mudanças sobre as operações, a carga tributária, os fluxos de caixa ou a posição patrimonial e financeira da Companhia, uma vez que a regulamentação da reforma encontra-se em processo de implementação ao longo de 2026. O novo modelo tributário tem como objetivos principais a simplificação do sistema, o aumento da transparência, a redução de distorções econômicas, a eliminação da cumulatividade e a uniformização das regras de incidência e de creditamento, com a adoção do princípio do destino e da não cumulatividade plena, permitindo o creditamento financeiro ao longo da cadeia produtiva. Com o objetivo de se preparar para as mudanças decorrentes da Reforma Tributária, a Administração contratou, durante o exercício de 2025, consultoria especializada independente para a realização de um diagnóstico preliminar dos potenciais impactos da reforma sobre as operações, os processos, os sistemas, a estrutura de custos e a carga tributária da Companhia. Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, o referido diagnóstico ainda não havia sido concluído, razão pela qual não foi possível à Administração avaliar ou mensurar de forma confiável os impactos potenciais decorrentes da implementação da Reforma Tributária. A Administração continuará monitorando atentamente a evolução da regulamentação, bem como acompanhará a conclusão do diagnóstico contratado, avaliando oportunamente os eventuais efeitos contábeis, operacionais e financeiros decorrentes da Reforma Tributária, adotando as medidas necessárias para assegurar a conformidade regulatória e a continuidade das operações da Companhia. **2.10. Demonstrações Comparativas.** As demonstrações financeiras da AFTON são apresentadas de forma comparativa, incluindo os saldos correspondentes ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2024. Os valores comparativos foram ajustados e reclassificados, quando necessário, para fins de comparabilidade com as demonstrações financeiras do exercício corrente. Tais reclassificações, quando aplicáveis, não tiveram impacto no patrimônio líquido nem no resultado dos exercícios apresentados. **2.11. Arredondamento e Apresentação de Valores.** Os valores apresentados nas demonstrações financeiras da AFTON estão expressos em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma, e foram arredondados para o milhar mais próximo, conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Em razão dos arredondamentos, somatórios e subtotais apresentados podem não corresponder à soma aritmética exata dos valores que os compõem. **3. Principais políticas contábeis.** As principais políticas contábeis adotadas pela Afton Chemical foram aplicadas de forma consistente a todos os exercícios sociais apresentados nestas demonstrações financeiras. As políticas contábeis descritas a seguir são consideradas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, tendo sido selecionadas e aplicadas pela Administração com base na natureza das operações da Companhia e nas exigências das normas contábeis vigentes. **3.1. Moeda estrangeira.** As transações realizadas em moeda estrangeira são inicialmente reconhecidas na moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, sendo as diferenças resultantes dessa conversão reconhecidas no resultado do exercício. Os ativos e passivos não monetários mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado, sendo os efeitos dessa conversão reconhecidos de acordo com o tratamento contábil do próprio valor justo. Os itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data da transação. As diferenças de variação cambial decorrentes da liquidação ou da conversão de transações em moeda estrangeira são, em geral, reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando previsto de forma diversa pelas normas contábeis aplicáveis. **3.2. Estoque.** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. No exercício de 2025, a Companhia manteve suas atividades de fornecimento de produtos em conformidade com as práticas comerciais estabelecidas, observando rigorosamente os padrões de qualidade, os requisitos regulatórios e as normas técnicas aplicáveis ao setor de aditivos e especialidades químicas, mesmo diante dos desafios persistentes do cenário econômico e logístico internacional. A gestão dos estoques continuou focada na eficiência operacional, no controle de níveis adequados de inventário e na mitigação de riscos de obsolescência, de forma a assegurar a continuidade das operações, o atendimento aos clientes e a preservação da qualidade dos produtos. Os custos de produção dos estoques compreendem os custos fixos e variáveis, direta e indiretamente atribuíveis ao processo produtivo, incluindo matérias-primas, mão de obra direta e outros custos de fabricação, alocados de forma sistemática. Os estoques são avaliados com base no custo médio ponderado. Na data de apresentação das demonstrações financeiras, o valor realizável líquido dos estoques é avaliado, considerando o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e dos gastos necessários para efetuar a venda. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas com estoques obsoletos, danificados ou de baixa movimentação. As baixas e reversões de provisões para ajuste ao valor realizável líquido dos estoques são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Custo dos Produtos Vendidos", conforme requerido pelas normas contábeis vigentes. **3.3. Imobilizado.** Os itens do ativo imobilizado são inicialmente reconhecidos ao custo histórico de aquisição ou construção, que compreende o preço de compra, impostos não recuperáveis, custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração, bem como custos de empréstimos diretamente atribuíveis,

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)			
	Nota explicativa		
		2025	2024
Receita líquida	16	382.561	359.985
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	17	(352.314)	(310.848)
Lucro Bruto		30.247	49.137
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(22.978)	(20.865)
Outras receitas (despesas)		2.037	1.936
Resultado operacional antes do resultado financeiro, do imposto de renda e da contribuição social		9.306	30.208
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		10.677	10.475
Despesas financeiras		(4.727)	(10.339)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		15.256	30.345
Imposto de renda e contribuição social	20	(5.302)	(10.401)
Lucro líquido do exercício		9.954	19.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	9.954	19.943
Outros resultados abrangentes:		
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	—	—
Total do resultado abrangente do exercício	9.954	19.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	9.954	19.943
Ajustes em:		
Depreciação e amortização	3.689	3.586
Depreciação – Arrendamentos	429	410
Resultado na venda de ativo imobilizado	65	135
Juros – Arrendamentos	475	457
Despesas de imposto de renda e contribuições social	5.302	10.401
	19.914	34.933

Contas a receber de clientes	29.488	(16.462)
Estoques	15.618	(53.496)
IRPJ, CSLL e outros tributos a recuperar	2.234	18.489
Despesas antecipadas	18	56
Outros créditos	2.267	381
	49.625	(51.032)

Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	5.686	(3.564)
Salários, provisões e encargos sociais	30	239
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(1.229)	(23.567)
Contas a pagar com partes relacionadas	(37.521)	72.466
Outros passivos	—	—
	(33.034)	45.574

Caixa utilizado (gerado) nas atividades operacionais	36.505	29.473
Impostos pagos sobre o lucro	(6.412)	(12.660)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	30.093	16.813

Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(2.561)	(2.443)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(2.561)	(2.443)

Dividendos Pagos	—	(40.000)
Pagamentos de arrendamentos	(912)	(875)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento	(912)	(40.875)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	26.620	(26.505)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.982	31.487
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	31.601	4.982
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	26.619	(26.505)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

quando aplicável. Após o reconhecimento inicial, os itens do imobilizado são apresentados ao custo, deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. As vidas úteis estimadas dos principais grupos de ativos do imobilizado são as seguintes: • Veículos – 5 anos; • Beneficentários em Bens de Terceiros – 25 anos; • Máquinas Equipamentos – 10 anos; • Tanques – 30 anos; • Móveis e Utensílios – 10 anos; • Equipamentos informática – 5 anos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Custos subsequentes.** Os custos subsequentes relacionados aos itens do imobilizado são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia e quando tais custos podem ser mensurados de forma confiável. Os demais gastos são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação.** A depreciação é calculada pelo método linear, de forma a alocar o custo depreciável dos ativos ao longo de suas vidas úteis estimadas, considerando seus respectivos valores residuais, quando aplicáveis. A depreciação é reconhecida no resultado do exercício. **Alienação de Ativos.** Os ganhos ou perdas decorrentes da alienação ou baixa de um item do ativo imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício, e correspondem à diferença entre o valor líquido da alienação e o valor contábil do ativo. **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment).** Em cada data de reporte, a Companhia avalia se há indícios de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos não financeiros, exceto estoques, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Quando identificado algum indicativo, o valor recuperável do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa (UGC) é estimado. Para fins de teste de impairment, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos capaz de gerar entradas de caixa que sejam, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor em uso e o valor justo líquido dos custos de alienação. O valor em uso é determinado com base nos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo ou da UGC excede seu valor recuperável, sendo registrada no resultado do exercício. As perdas reconhecidas são alocadas aos ativos da UGC de forma pro rata, com base nos valores contábeis. A reversão de perdas por redução ao valor recuperável é reconhecida somente quando houver mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável, sendo limitada ao montante em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, caso nenhuma perda tivesse sido reconhecida anteriormente. **3.4 Caixa e equivalentes de Caixa.** Caixa e equivalentes de caixa compreendem os recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros objetivos. Em 31 de Dezembro de 2025, são representados, substancialmente, por recursos mantidos em contas correntes bancárias e por aplicações financeiras de conversibilidade imediata. A Companhia considera como equivalentes de caixa as aplicações financeiras que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estejam sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando possui vencimento original de curto prazo, geralmente de três meses (90 dias) ou menos, a contar da data de sua contratação. Os equivalentes de caixa são demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base do balanço patrimonial, os quais não diferem significativamente do seu valor de mercado. **3.5. Contas a receber de clientes.** As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor da transação, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, e subsequentemente mensuradas pelo valor de realização, deduzido, quando aplicável, da provisão para perdas de crédito esperadas. As contas a receber de clientes decorrem, substancialmente, das vendas de mercadorias e da prestação de serviços no curso normal das operações da Companhia. A Administração avaliou o risco de crédito associado aos recebíveis, considerando, entre outros fatores, a expectativa de realização dos fluxos de caixa futuros, o histórico de recebimento, o perfil de crédito dos clientes e informações prospectivas disponíveis. Com base nessa avaliação, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) em 31 de Dezembro de 2025 (e 31 de Dezembro de 2024, para fins comparativos). A Companhia avalia as perdas estimadas de crédito por meio de uma análise individualizada da carteira de clientes, e utiliza informações históricas, atuais e prospectivas, levando em consideração a situação financeira dos clientes, o prazo de vencimento dos títulos, eventuais garantias existentes e as expectativas de realização dos recebíveis, em conformidade com o modelo de perdas de crédito esperadas previsto no Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Em 31 de Dezembro de 2025 (e 31 de Dezembro de 2024, para fins comparativos), a Administração concluiu que não foram identificadas perdas de crédito esperadas relevantes para a carteira de contas a receber de clientes, não sendo, portanto, necessária a constituição de provisão para perdas de crédito nesses exercícios. **3.6. Arrendamentos.** No início de um contrato com fornecedores, a AFTON avalia se um contrato é ou contém um arrendamento, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Um contrato é, ou contém, um arrendamento quando transfere à Companhia o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de contraprestação. Na data de início ou na modificação de um contrato que contenha componentes de arrendamento, a contraprestação é alocada a cada componente do contrato com base nos preços individuais relativos, quando aplicável. **Reconhecimento Inicial.** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • os pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, se houver; • quaisquer custos diretos iniciais incorridos; e • a estimativa de custos a serem incorridos com a desmontagem, remoção do ativo subjacente ou restauração do local, quando aplicável, deduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou

AFTON Chemical Indústria de Aditivos Ltda.

CNPJ 00.122.145/0001-65

Mensuração Subsequente. O ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear, a partir da data de início até o final do prazo do arrendamento, exceto quando o arrendamento transfere a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao final do prazo do contrato ou quando o custo do ativo de direito de uso reflete que a opção de compra será exercida. Nessas situações, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil econômica, determinada com base nos critérios aplicáveis ao ativo imobilizado. O ativo de direito de uso é também avaliado quanto à redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável, e ajustado em função de remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, acrescido dos juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros e reduzido pelos pagamentos efetuados. O passivo é remensurado quando houver alterações nos pagamentos futuros do arrendamento decorrentes de mudanças no prazo do contrato, índices, taxas ou avaliações de opções de compra ou rescisão. Para fins de desconto, a Companhia utiliza, de forma geral, sua taxa incremental de empréstimo, que em 31 de Dezembro de 2025 corresponde, em média, a 4,2% ao ano, quando aplicável.

3.7. Instrumentos financeiros. a. Ativos financeiros. Reconhecimento inicial e mensuração. Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, nas seguintes categorias de mensuração subsequente: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) e o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição.

Mensuração subsequente. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação dos ganhos e perdas acumuladas no desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado quando ambas as condições a seguir são atendidas: o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para recebimento dos fluxos de caixa contratuais; e os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituem exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros classificados ao custo amortizado são mensurados subsequentemente utilizando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos à avaliação de redução ao valor recuperável (impairment). Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado do exercício quando o ativo financeiro é baixado, modificado ou quando ocorre redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia classificados ao custo amortizado incluem, substancialmente, caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida ou patrimoniais) ou valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento (baixa). Um ativo financeiro (ou parte de um ativo financeiro, quando aplicável) é baixado quando: • os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais do ativo expirarem; ou • a Companhia transferir os direitos de receber os fluxos de caixa do ativo financeiro ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por meio de um acordo de repasse, e: (a) transferir substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo; ou (b) não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios, mas transferir o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros. A avaliação de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros classificados ao custo amortizado e aos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (exceto investimentos em instrumentos patrimoniais). A AFTON aplica o modelo de perdas de crédito esperadas, conforme estabelecido no CPC 48, para mensurar eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

b. Passivos financeiros. Reconhecimento inicial e mensuração. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados ao valor justo, deduzido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua emissão, exceto no caso de passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, para os quais tais custos são reconhecidos diretamente no resultado.

Mensuração subsequente. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros incorridos, bem como os ganhos e perdas, são reconhecidos na demonstração do resultado ao longo do período de vigência dos passivos, bem como no momento de sua baixa. Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia compreendem, substancialmente, fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas.

Desreconhecimento (baixa). Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação contratual for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro junto ao mesmo credor, com termos substancialmente diferentes, ou quando os termos de um passivo existente são significativamente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado, conforme requerido pelas normas contábeis vigentes.

3.8. Impostos. Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente. A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes corresponde ao montante do imposto a pagar ou a recuperar, estimado com base no lucro ou prejuízo tributável do exercício, incluindo eventuais ajustes relativos a exercícios anteriores. Os ativos e passivos fiscais correntes são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor que representa a melhor estimativa do montante esperado a ser pago ou recuperado, considerando, quando aplicável, as incertezas relacionadas à apuração dos tributos. A mensuração é efetuada com base nas alíquotas e legislações tributárias vigentes na data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos fiscais correntes são apresentados de forma líquida apenas quando a Companhia possui direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar os tributos em base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido. Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras e as respectivas bases fiscais utilizadas para fins de tributação. As variações nos saldos de impostos diferidos são reconhecidas no resultado do exercício, como despesa ou receita de imposto de renda e contribuição social diferidos, exceto quando relacionadas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, quando aplicável. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a utilização desses créditos. A avaliação da recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos é baseada em projeções de lucros tributáveis futuros, considerando, entre outros fatores, a reversão de diferenças temporárias tributáveis existentes e os planos de negócios da Companhia, preparados de forma individual. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados apenas quando a Companhia possui direito legalmente executável de compensar os ativos e passivos fiscais correntes e quando os impostos diferidos se referem à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre a prestação de serviços. As receitas de vendas e de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas seguintes cargas tributárias:

Programa de Integração Social (PIS)	1,65 %
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,60 %
Impostos sobre Circularização de Mercadoria e Serviços (ICMS)	20,00 %
IPI	5,20 %

Esses impostos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social. A tributação sobre o lucro da Companhia compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), apurados com base no regime de Lucro Real, conforme a legislação tributária brasileira vigente. O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal, acrescido de um adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 240 mil no período de doze meses. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável ajustado, observadas as disposições legais aplicáveis. O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, quando aplicável, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. **3.9 Provisões.** Uma provisão é reconhecida quando, em decorrência de evento passado, a AFTON possui uma obrigação presente, legal ou construtiva, cuja liquidação provavelmente resultará em saída de recursos econômicos, e quando o valor da obrigação puder ser estimado de forma confiável, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos esperados para liquidar a obrigação, quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é relevante, utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo.

Provisões para contingências. As provisões para contingências são constituídas para processos judiciais, administrativos ou fiscais nos quais seja considerada provável a saída de recursos para a liquidação da obrigação e seja possível realizar uma estimativa razoável do valor envolvido. A avaliação da probabilidade de perda leva em consideração, entre outros fatores, as evidências disponíveis, a hierarquia das normas legais, a jurisprudência aplicável, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião dos consultores jurídicos externos da Companhia. As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas para refletir mudanças nas circunstâncias, tais como evolução dos processos, decisões judiciais supervenientes, conclusões de fiscalizações tributárias, prazos de prescrição aplicáveis ou a identificação de novas exposições decorrentes de fatos ou entendimentos jurídicos recentes.

3.10. Apuração do resultado. O resultado do exercício é apurado de acordo com o regime de competência. A aplicação do regime de competência implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas no período em que são auferidas ou incorridas, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento, observando-se os critérios específicos estabelecidos pelas normas contábeis aplicáveis. A receita proveniente da venda de mercadorias e da prestação de serviços é reconhecida de acordo com o cumprimento

das obrigações de desempenho estabelecidas nos contratos com clientes, observando-se o regime de competência, na medida em que seja provável que os benefícios econômicos futuros associados à transação fluam para a Companhia e que a receita possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito, líquida de impostos sobre vendas, descontos, devoluções e outros abatimentos concedidos, quando aplicável. O valor da contraprestação reflete os preços estabelecidos em contrato, os quais incorporam as metodologias e políticas comerciais da Companhia, baseadas em parâmetros de mercado. As receitas e despesas financeiras, incluindo aquelas decorrentes de juros, são reconhecidas no resultado pelo método da taxa efetiva de juros, na rubrica receitas (despesas) financeiras, líquidas, conforme aplicável.

3.11. Reconhecimento da Receita. A receita proveniente da venda de mercadorias e da prestação de serviços é reconhecida de acordo com o cumprimento das obrigações de desempenho estabelecidas nos contratos com clientes, observando-se o regime de competência, na medida em que seja provável que os benefícios econômicos futuros associados à transação fluam para a Companhia e que a receita possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito, líquida de impostos sobre vendas, descontos, devoluções e outros abatimentos concedidos, quando aplicável. O valor da contraprestação reflete os preços estabelecidos em contrato, os quais incorporam as metodologias e políticas comerciais da Companhia, baseadas em parâmetros de mercado. As receitas e despesas financeiras, incluindo aquelas decorrentes de juros, são reconhecidas no resultado pelo método da taxa efetiva de juros, na rubrica receitas (despesas) financeiras, líquidas, conforme aplicável. Os principais contratos com clientes da Companhia envolvem a venda de mercadorias no mercado interno e externo e a prestação de serviços de industrialização. Para fins de reconhecimento de receita, a Companhia avalia cada contrato com cliente, identifica os bens e serviços distintos prometidos e determina as respectivas obrigações de desempenho. A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle do bem ou serviço ao cliente, o que ocorre, geralmente, em um determinado momento no tempo, normalmente no ato da entrega do produto ou da conclusão do serviço, conforme os termos contratuais aplicáveis.

3.12. Demonstrações dos fluxos de caixa. A demonstração dos fluxos de caixa da AFTON foi elaborada pelo método indireto, com base nas informações extraídas dos registros contábeis da Companhia, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os fluxos de caixa são classificados de acordo com as atividades operacionais, de investimento e de financiamento, conforme requerido pelas normas contábeis vigentes.

4. Caixa e equivalentes de Caixa: O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora, em ativos financeiros de baixo risco, com o objetivo de preservar a liquidez e a segurança dos recursos. As aplicações financeiras são representadas, de forma relevante, por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) emitidos por instituições financeiras de primeira linha. Os investimentos são classificados como de curto prazo, com liquidez imediata, inclusive por meio de aplicações com característica de resgate automático (auto-invest), sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, razão pela qual são classificados como equivalentes de caixa, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. As aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez imediata e rentabilidade atrelada às variações do CDI (Overnight), apresentando, em 31 de Dezembro de 2025, uma rentabilidade média anual equivalente a 5,9% a.a., (essa taxa é decorrente do fato que as aplicações financeiras são de overnight) não tendo sido observadas variações relevantes em relação ao exercício anterior quanto ao montante disponível aplicado.

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários	52	-
Aplicações financeiras	31.549	4.982
	31.601	4.982
	2025	2024
Duplicatas a receber nacional	34.844	64.152
Duplicatas a receber exterior	1.123	1.302
	35.966	65.454

A movimentação do ativo imobilizado da Empresa está demonstrada no quadro a seguir:

Custo	Veículos	Benefitorias em bens terceiros	Máquinas e Equipamentos	Tanques	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Informática	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro 2023	584	10.611	25.504	12.581	658	3.529	681	54.148
Adições	-	-	-	-	-	-	2.443	2.443
Baixas	-	-	(439)	(94)	(49)	(183)	-	(765)
Transferências	166	1.160	1.018	3	52	725	(3.124)	-
Saldo em 31 de dezembro 2024	750	11.771	26.083	12.490	661	4.071	-	55.826
Adições	-	-	-	-	-	-	2.561	2.561
Baixas	(327)	-	(3)	-	(5)	(86)	-	(133)
Transferências	320	86	1.188	101	127	414	(2.235)	589
Saldo em 31 de dezembro 2025	743	11.857	27.268	12.591	783	4.398	458	58.097
Depreciação no exercício								
Saldo em 31 de dezembro 2023	(331)	(1.262)	(9.156)	(4.105)	(417)	(2.441)	-	(17.713)
Adições	(97)	(518)	(1.683)	(880)	(38)	(370)	-	(3.586)
Baixas	-	-	379	43	47	161	-	630
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro 2024	(429)	(1.781)	(10.460)	(4.941)	(408)	(2.650)	-	(20.669)
Adições	(101)	(541)	(1.701)	(879)	(41)	(427)	-	(3.689)
Baixas	150	-	3	-	5	66	-	224
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro 2025	(379)	(2.322)	(12.158)	(5.820)	(444)	(3.011)	-	(24.134)
Saldo em 31 de dezembro 2024	321	9.990	15.623	7.549	253	1.421	-	35.157
Saldo em 31 de dezembro 2025	363	9.535	15.110	6.771	339	1.387	458	33.964

9. Arrendamentos: A Companhia enquadrou, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, o contrato de locação do parque industrial, onde estão localizadas sua fábrica e sede administrativa, no qual atua na condição de arrendatária. O referido contrato de arrendamento possui prazo contratual de 21 anos, com término previsto para o ano de 2046, e confere à Companhia o direito de controlar o uso do ativo subjacente durante o período contratado, em troca de contraprestação. O ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear ao longo do prazo do contrato, enquanto o passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, acrescido de encargos financeiros calculados pelo método da taxa efetiva de juros e reduzido pelos pagamentos efetuados. As informações sobre os ativos e passivos de arrendamentos para os quais a Empresa é o arrendatário são apresentadas abaixo:

	Prédios
Ativo de direito de uso em 31/12/2023	15.439
Depreciação	(410)
Ativo de direito de uso em 31/12/2024	15.029
Depreciação	(429)
Ativo de direito de uso em 31/12/2025	14.600
Prédios	15.621
Trabalhistas	(875)
Fiscais	457
Total	15.203
Saldo Passivo de arrendamento em 31/12/2024	437
Passivo Circulante em 31/12/2024	14.766
Passivo Não Circulante em 31/12/2024	(912)
Pagamentos	(912)
Apropriação Juros	475
Saldo Passivo de arrendamento em 31/12/2025	14.766
Passivo Circulante em 31/12/2025	456
Passivo Não Circulante em 31/12/2025	14.310
Total	14.766

10. Transações com partes relacionadas: As transações e saldos com partes relacionadas da Companhia referem-se, substancialmente, à comercialização de produtos, à prestação e contratação de serviços de industrialização, bem como à aquisição de produtos e insumos utilizados no processo produtivo, realizadas no curso normal dos negócios. As empresas partes relacionadas são subsidiárias ou afiliadas pela mesma controladora da AFTON. Essas transações são efetuadas em condições equivalentes às praticadas com terceiros independentes, incluindo preços, prazos e demais condições contratuais, em conformidade com as práticas de mercado e com as políticas internas da Companhia. Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024, os saldos com partes relacionadas podem ser resumidos conforme apresentado a seguir:

	2025	2024
AFTON USA	31.856	78.054
AFTON EUROPA	Aquisição Insumos	Passivo circulante
	25.977	17.776
AFTON MEXICO	Aquisição Insumos	Passivo circulante
	1.093	619
AFTON SJDR	Aquisição Insumos	Passivo circulante
	33	32
	58.958	96.480

11. Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende os diretores estatutários e os membros do Conselho de Administração, inclui salários, benefícios de curto prazo e demais formas de remuneração, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1). Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, a remuneração total do pessoal-chave da Administração foi de R\$1.362,1075 em 31 de dezembro de 2024.

12. Fornecedores: Os saldos de fornecedores referem-se, substancialmente, a contas a pagar decorrentes da aquisição de bens e da contratação de serviços no curso normal das operações da Companhia, incluindo, principalmente, serviços de frete, armazenagem, despacho aduaneiro, manutenção do parque industrial, entre outros. Os prazos médios de liquidação dos saldos com fornecedores variam, em geral, entre 5 e 120 dias, de acordo com as condições contratuais pactuadas e as práticas comerciais adotadas.

	2025	2024
Fornecedores nacionais	12.146	6.459
	12.146	6.459

13. IRPJ, CSLL e outros impostos a recolher: Os saldos são reconhecidos no passivo circulante, quando a expectativa de liquidação ocorre dentro do ciclo operacional ou no prazo de até doze meses após a data do balanço, e estão mensurados pelo valor a pagar, não diferindo significativamente de seu valor justo, em razão de seus prazos de vencimento de curto prazo, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Administração acompanha de forma contínua o cumprimento das obrigações tributárias, não havendo, na data-base das demonstrações financeiras, valores em atraso ou discussões fiscais relevantes relacionados aos tributos a recolher, exceto quando devidamente divulgados em notas explicativas específicas.

	2025	2024
Passivo Circulante		
ICMS a recolher	400	1.248
Pis e Cofins a recolher	27	31
ISS a recolher	10	6
IPVA a recolher	100	509
Outros	49	21
	585	1.815

O principal fator para a redução no contas a receber deve-se substancialmente a um menor volume de vendas no final do ano de 2025 comparado a 2024, bem como é decorrente de efeitos de variação cambial entre o Real e Dólar Americano ("USD"), já que as vendas são denominadas em USD, que estava superior no fim de 2024 comparado a 2025. A análise por vencimento (Aging) dos saldos de contas a receber está apresentada a seguir:

	2025	2024
A vencer	30.408	63.222
Vencido:		
Menos de 30 dias	5.532	2.209
Entre 31 dias e 60 dias	-	23
Entre 61 dias e 90 dias	26	-
	35.966	65.454

Em 31 de Dezembro de 2025 (e 31 de Dezembro de 2024, para fins comparativos), não há provisões para perdas nos estoques, ou provisões por baixo giro ou obsolescência. **6. Estoques:** Os estoques são compostos de matérias primas, produtos acabados, material de embalagem, estoque em poder de terceiros e outros conforme quadro apresentado abaixo:

	2025	2024
Matéria Primas	3.540	3.161
Produtos acabados	86.573	70.622
Materiais de embalagem	893	727
Estoque em poder de terceiros	9.402	4.757
Estoque em trânsito	22.868	59.539
Outros	1.786	1.873
	125.061	140.679

Em 31 de Dezembro de 2025 (e 31 de Dezembro de 2024, para fins comparativos), a Administração concluiu que não foram identificadas perdas de crédito esperadas relevantes para a carteira de contas a receber de clientes, não sendo, portanto, necessária a constituição de provisão para perdas de crédito nesses exercícios. **7. IR, CSLL e outros tributos a recuperar:** A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade desses créditos, considerando, entre outros fatores, a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, o histórico de compensações, a legislação tributária aplicável e eventuais incertezas fiscais. Com base nessa avaliação, a Administração entende que os valores registrados são integralmente recuperáveis dentro do curso normal das operações. **Tributos a recuperar - Curto prazo**

	2025	2024
IRPJ e CSLL a recuperar	5.130	8.952
Outros impostos a recuperar	1.426	1.722
	6.556	10.674

Tributos a recuperar - Longo prazo

	2025	2024
IRPJ e CSLL a recuperar	7.599	5.714
	7.599	5.714

8. Imobilizado

Em cada data de reporte, a Companhia avalia a existência de indícios de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados indícios de impairment.

	2025	Saldo	2025	Saldo
	Depreciação	Líquido	Depreciação	Líquido
	Acumulada	do	Acumulada	do
	Custo	Custo	Custo	Custo
Veículos	743	(379)	364	750
Benefitorias em Bens de Terceiros	11.857	(2.321)	9.535	11.771
Máquinas Equipamentos	27.268	(12.158)	15.110	26.083
Tanques	12.590	(5.820)	6.770	12.490
Móveis e Utensílios	783	(445)	338	661
Equipamento Informática	4.398	(3.011)	1.387	2.650
Imobilizado em andamento	458	-	458	-
	58.097	(24.134)	33.962	55.826
			(20.669)	35.157

14. Provisão para Contingências: A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, originados no curso normal de suas operações. Tais processos estão sendo discutidos nas esferas administrativa e judicial, sendo que, quando aplicável, encontram-se garantidos por depósitos judiciais. **Provisões:** Em 31 de Dezembro de 2025 a Administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, concluiu pela existência de processos de natureza trabalhista cuja probabilidade de perda foi classificada como provável e cujos valores puderam ser estimados de forma confiável. Em decorrência disso, foi constituída provisão para contingências trabalhistas no montante de R\$ 88 mil. As provisões reconhecidas são periodicamente revisadas e ajustadas para refletir eventuais mudanças nas circunstâncias, tais como evolução processual, decisões judiciais supervenientes ou novas informações relevantes. **Passivos Contingentes:** Adicionalmente, a Companhia possui ações de natureza tributária e trabalhista cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração e por seus assessores jurídicos. Em conformidade com o CPC 25, tais contingências não são provisionadas, sendo divulgadas apenas em notas explicativas. Os valores envolvidos nessas contingências estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Trabalhistas	607	233
Fiscais	2	

AFTON Chemical Indústria de Aditivos Ltda.

CNPJ 00.122.145/0001-65

elaboração. O custo dos serviços prestados contempla os custos diretamente relacionados à execução dos serviços, incluindo mão de obra, insumos utilizados, custos indiretos apropriáveis e demais gastos necessários para a entrega dos serviços contratados. As baixas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação, bem como eventuais reversões de provisões, quando aplicáveis, são reconhecidas como parte do custo dos produtos vendidos, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 16 - Estoques.

	2025	2024
Custo da mercadoria vendida	350.668	310.071
Custos dos serviços prestados	1.646	778
Total	352.314	310.849

18. Despesas gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas compreendem os gastos incorridos pela Companhia no suporte às suas atividades operacionais e administrativas, reconhecidos de acordo com o regime de competência. Essas despesas incluem, principalmente, salários e encargos do pessoal administrativo, benefícios a empregados, honorários profissionais, serviços de terceiros, despesas com tecnologia da informação, despesas com viagens, alugueis, seguros, manutenção predial, depreciação e amortização de ativos utilizados na área administrativa, bem como outras despesas necessárias à gestão e administração da Companhia. As despesas gerais e administrativas não incluem valores diretamente atribuíveis à produção ou à prestação de serviços, os quais são apropriados ao custo dos produtos vendidos ou dos serviços prestados.

	2025	2024
Pessoal	9.079	9.191
Serviços de terceiros	5.565	5.402
Despesas com fretes	4.148	2.317
Depreciação	2.101	1.978
Depreciação - CPC 06	980	911
Seguros	304	304
Aluguel	166	181
Comunicação	118	104
Outras despesas operacionais	517	477
Total	22.978	20.866

19. Resultado financeiro: O resultado financeiro da Companhia compreende as receitas e despesas financeiras incorridas no curso normal de suas operações, reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas financeiras incluem, principalmente, rendimentos de aplicações financeiras, juros ativos e variações monetárias e cambiais ativas, enquanto as despesas financeiras compreendem juros sobre passivos financeiros, encargos financeiros de arrendamentos, variações monetárias e cambiais passivas, tarifas bancárias e outros custos financeiros relacionados às operações da Companhia. O resultado financeiro do exercício foi impactado pelas variações cambiais decorrentes da exposição da Companhia a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, notadamente aqueles relacionados a fornecedores internacionais e a operações comerciais indexadas ao dólar norte-americano. A oscilação das taxas de câmbio observada ao longo do exercício resultou no reconhecimento de variações cambiais ativas e passivas no resultado financeiro, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Com o objetivo de aprimorar a gestão de sua liquidez e alinhar seus fluxos financeiros às operações internacionais, a Companhia manteve conta bancária no exterior denominada em dólar norte-americano, aberta em período anterior a 2025. Até a data-base das demonstrações financeiras, referida conta não foi utilizada de forma operacional, em função da priorização da geração de caixa no mercado doméstico, não tendo, portanto, gerado impactos relevantes no resultado financeiro do exercício. A manutenção da conta offshore possui caráter estritamente operacional e não configura a adoção de instrumentos de hedge nem a aplicação de hedge contábil, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

	2025	2024
Receitas financeiras		
Variações cambiais	8.509	3.630
Variações monetárias	644	1.946
Juros recebidos	1.524	1.118
Outros	-	3.781
Total	10.677	10.475

	2025	2024
Despesas financeiras		
Juros	(3)	(1)
Variações cambiais	(4.081)	(10.154)
Despesas bancárias	(641)	(184)
Total	(4.727)	(10.339)

20. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia apurou saldos devedores de imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) correntes nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 calculados com base no regime de Lucro Real, em conformidade com a legislação tributária vigente. A despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado do exercício compreende os tributos correntes, calculados sobre o lucro tributável do período, bem como, quando aplicável, os tributos diferidos, decorrentes das diferenças temporárias entre os valores contábeis e fiscais de ativos e passivos, conforme descrito na **Nota 3.8 - Impostos**. A conciliação entre a alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição

social, equivalente a 34%, e a alíquota efetiva aplicada sobre o lucro antes dos tributos está demonstrada a seguir: A conciliação considera, entre outros fatores, os efeitos de adições e exclusões permanentes, benefícios fiscais, subvenções para investimento, diferenças temporárias, bem como outros ajustes previstos na legislação tributária aplicável.

	2025	2024
Lucro antes do IRPJ e CSLL	15.256	30.345
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	5.187	10.317
Despesas não dedutíveis	115	84
	5.302	10.401

Provisão para imposto de renda e CSLL
Alíquota efetiva

21. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro: A Companhia está exposta, no curso normal de suas atividades, a riscos financeiros, que incluem, principalmente, risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado, notadamente o risco cambial. A gestão desses riscos é realizada de forma centralizada, com base em políticas internas, visando mitigar potenciais impactos adversos sobre sua posição patrimonial e financeira, seu desempenho operacional e seus fluxos de caixa. A Administração monitora continuamente a exposição aos riscos financeiros e adota práticas consideradas adequadas ao porte, à natureza das operações e à complexidade dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. **Mensuração do valor justo:** O valor justo dos ativos e passivos financeiros corresponde ao valor pelo qual um ativo poderia ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a negociar, em uma transação sem favorecimentos, não caracterizando uma venda ou liquidação forçada. O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, das contas a receber de clientes, dos fornecedores e das contas a pagar com partes relacionadas aproxima-se de seus respectivos valores contábeis, em razão, principalmente, dos prazos de vencimento de curto prazo desses instrumentos e da inexistência de variações relevantes de taxas de juros ou outros fatores que impactem significativamente seus valores. A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados a valor justo de forma recorrente classificados nos níveis 2 ou 3 da hierarquia do valor justo, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciado. **Risco de mercado - Risco Cambial:** O risco de mercado está relacionado, principalmente, às variações nas taxas de câmbio, decorrentes da exposição da Companhia a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, notadamente aqueles vinculados a fornecedores internacionais. A Companhia não adota instrumentos financeiros derivativos ou hedge contábil para mitigação do risco cambial. Conforme mencionado na **Nota 18 - Resultado Financeiro**, a Companhia mantém conta bancária no exterior denominada em dólar norte-americano, com caráter operacional, a qual não foi utilizada no exercício e não gerou impactos relevantes no resultado financeiro. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros corresponde à possibilidade de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro sofram variações em decorrência de mudanças nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia a esse risco está relacionada, principalmente, às aplicações financeiras indexadas a taxas pós-fixadas, como o CDI, e, em menor grau, a passivos financeiros sujeitos a encargos financeiros variáveis, quando aplicável. A Companhia administra o risco de taxa de juros por meio da diversificação de suas aplicações financeiras, da manutenção de instrumentos de curto prazo e do acompanhamento contínuo das condições de mercado, buscando mitigar potenciais impactos adversos sobre seus resultados financeiros e seus fluxos de caixa. Em 31 de Dezembro de 2025 a Administração avaliou que a exposição da Companhia ao risco de taxa de juros não é considerada significativa, não sendo adotados instrumentos financeiros derivativos ou estratégias de hedge para esse fim. **Risco de moeda:** O risco cambial corresponde à possibilidade de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro sejam afetados por variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia a esse risco decorre, principalmente, de suas atividades operacionais, quando receitas, custos ou despesas são denominados em moeda diferente da sua moeda funcional, bem como da existência de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira. Em 31 de Dezembro de 2025, a principal exposição da Companhia ao risco cambial estava relacionada a contas a pagar com partes relacionadas e a fornecedores internacionais, denominadas em moeda estrangeira, principalmente dólar norte-americano, de forma que seus resultados podem ser impactados por oscilações nas taxas de câmbio. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos nem adota hedge contábil para mitigação do risco cambial. Conforme mencionado na **Nota 18 - Resultado Financeiro**, a Companhia mantém conta bancária no exterior denominada em dólar norte-americano, com finalidade operacional, a qual não foi utilizada no exercício e não gerou impactos relevantes no resultado financeiro. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O principal risco de crédito ao qual a Empresa se encontra exposta está relacionado aos saldos mantidos em instituições financeiras e o contas a receber de clientes. Todas as operações da Empresa são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. As contas a receber são concentradas substancialmente em Empresas de grande porte, que, por se tratar da reputação e solidez de tais clientes, a Administração não espera enfrentar dificul-

dades de realização dos créditos a receber, apresentado líquido da provisão para perdas de créditos esperadas constituída pela Empresa. **Exposição ao risco de crédito:** O risco de crédito corresponde à possibilidade de a contraparte de um instrumento financeiro ou contrato com cliente não cumprir suas obrigações contratuais, resultando em perdas financeiras para a Companhia. A principal exposição da Companhia ao risco de crédito está relacionada aos saldos mantidos em instituições financeiras e às **contas a receber de clientes**. As aplicações financeiras são realizadas exclusivamente com instituições financeiras de reconhecida solidez e liquidez, o que contribui para a mitigação do risco de crédito associado a esses ativos. As contas a receber de clientes encontram-se, substancialmente, concentradas em empresas de grande porte, com histórico de adimplência e adequada capacidade financeira. A Administração monitora continuamente a qualidade de crédito da carteira, avaliando a recuperabilidade dos recebíveis por meio do modelo de perdas de crédito esperadas, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Em 31 de Dezembro de 2025, as contas a receber estão apresentadas líquidas da provisão para perdas de crédito esperadas, a qual, com base na avaliação da Administração, não foi considerada significativa, não sendo esperadas dificuldades relevantes na realização dos créditos. O montante exposto ao risco de crédito em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados abaixo, e possuem seus vencimentos no curto prazo:

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	31.601	4.982
Contas a receber de clientes	35.966	65.454
	67.567	70.436

Em relação ao caixa e equivalentes de caixa, a Empresa limita sua exposição ao risco de crédito mantendo recursos em bancos e instituições financeiras que possuem ratings AA- e AAA+, baseado na agência de rating Standard & Poor's. Os principais bancos que a Empresa mantém operações são Bank of America, Banco do Brasil e Citibank. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez corresponde à possibilidade de a Companhia não dispor de recursos financeiros suficientes para cumprir com suas obrigações à medida que se tornem exigíveis, considerando os prazos de vencimento, as moedas de denominação e as condições de liquidação de seus ativos e passivos financeiros. A gestão do risco de liquidez é realizada de forma centralizada pela Administração, por meio do monitoramento contínuo do fluxo de caixa, da análise das necessidades de capital de giro e da manutenção de níveis adequados de caixa e equivalentes de caixa, de modo a assegurar que a Companhia disponha de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros no curso normal de suas operações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é acompanhado diariamente, considerando a geração operacional de caixa e, quando necessário, a captação prévia de recursos, garantindo o cumprimento do cronograma de pagamentos e mitigando eventuais riscos de liquidez. A tabela a seguir apresenta o resumo das expectativas de liquidação dos passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024, incluindo os valores contratuais não descontados:

	2025	Valor contábil	Até 1 ano	Mais de 1 ano
Fornecedores		12.146	12.146	-
Contas a pagar com partes relacionadas		58.958	58.958	-
		71.104	71.104	-
	2024	Valor contábil	Até 1 ano	Mais de 1 ano
Fornecedores		6.459	6.459	-
Contas a pagar com partes relacionadas		96.480	96.480	-
		102.939	102.939	-

Seguros: A Companhia mantém apólices de seguro contratadas junto a conceituadas seguradoras, que levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvidos em suas operações. As coberturas são definidas de acordo com os objetivos da Companhia, as práticas de gestão de risco corporativo e as limitações impostas pelo mercado segurador. Os principais seguros da Companhia são contratados por meio de apólices globais, que contemplam os ativos e operações relevantes do grupo, de acordo com sua exposição a riscos. Adicionalmente, a Companhia mantém seguro automotivo contratado localmente no Brasil, em conformidade com as exigências legais e operacionais aplicáveis. Os ativos diretamente relacionados às operações da Companhia estão cobertos por montantes que a Administração considera suficientes para cobrir eventuais sinistros, levando em consideração a natureza das atividades, os riscos envolvidos e as recomendações de seus consultores de seguros. A Administração entende que as apólices contratadas oferecem cobertura adequada aos riscos aos quais a Companhia está exposta. **22. Eventos subsequentes:** A Administração avaliou os eventos subsequentes ocorridos após 31 de Dezembro de 2025 até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 24 - Eventos Subsequentes. Até a presente data, não foram identificados eventos subsequentes ajustáveis que exigissem reconhecimento ou ajustes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025. Da mesma forma, não ocorreram mudanças significativas no ambiente econômico, alterações relevantes na legislação vigente em 2025 ou eventos societários relevantes que impactassem de forma material a posição patrimonial e financeira ou o desempenho da Companhia.

Wagner Ferreira Xavier - Diretor Financeiro/Contabilidade

Mauro da Silva Paura - Contador CRC RJ 091777-O-3.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras. Aos Administradores e Quotistas AFTON Chemical Indústria de Aditivos Ltda. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da AFTON Chemical Indústria de Aditivos Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AFTON Chemical Indústria de Aditivos Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditores de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro 2024 foram auditadas por outros auditores, cujo relatório, datado de 28 de fevereiro de 2025, expressa uma opinião com ressalva devido a um ajuste contábil no resultado de 2023, decorrente de divergências entre os controles de estoques e a posição de inventário físico, bem como a não apresentação aos auditores da composição da totalidade do saldo a pagar de parte do saldo da conta de fornecedores. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria con-

tendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar nossa opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 01 de abril de 2026. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/F-5; Caren Henriete Macohin - Contadora - CRC 1PR038429/O-3 "T" SC.

